

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 16/05/2016, págs. 14/32)

Dia: 31/05/16

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 9ª Sessão Ordinária (10/05/2016).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 14/04/2015

3) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 4) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

- 5) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

- 7) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 8) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 24/11/2015

- 9) Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24
Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 10) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

11) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 26/01/2016

12) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/01/2016

13) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 15/03/2016

15) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 12/04/2016

16) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 26/04/2016

17) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000446/2015-29 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001296/2012-28)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Francisco Maia Pinto Filho – OAB/CE n.º 16.275
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente pedido Revisão de Processo Disciplinar e determinou a aplicação da pena de suspensão, por 90 (noventa) dias, a membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 10/05/2016

18) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001575/2013-72 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000032/2013-38)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogados: Maurício Rosado Xavier – OAB/RS n.º 49.780; Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Walter de Agra Júnior

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

19) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

20) Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU

Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163

Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU

Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

21) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25

Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados

Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Manaus

- 22) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001160/2014-80 (Apensos: Processos n.º 0.00.000.000412/2012-91 e n.º 0.00.000.001633/2013-68)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Rafael da Cás Maffini – OAB/RS n.º 44404
Assunto: Questão de Ordem em processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 23) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em face de alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (10/05/16)

- 24) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: São Paulo
- 25) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000097/2016-26 (Recurso Interno)
Recorrente: Paulo César dos Reis Sales – OAB/RJ n.º 43.371
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro

Processos desta Sessão (31/05/2016)

- 26) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000153/2013-80
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Distrito Federal
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Distrito Federal.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 27) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000206/2013-62
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Sergipe
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 28) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000276/2013-11
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 29) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000278/2013-18
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001493/2013-28
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 31) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001537/2013-10
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Distrito Federal
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 32) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001589/2013-96
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Ministério Público do Trabalho em Sergipe – 20ª Região
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

- 33) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001767/2013-89
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Sergipe
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
- 34) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001800/2013-71
Requerente: Altino Edigar Moura
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer providências em relação à ausência de resposta do Ministério Público do Estado de Minas Gerais quanto a denúncias relativas à prática de nepotismo na Prefeitura de Estrela do Indaiá e em relação à inobservância do teto constitucional nos proventos recebidos por membro aposentado do mencionado Parquet.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Minas Gerais
- 35) Proposição n.º 0.00.000.000191/2014-13
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 36) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000677/2014-51
Requerente: Alexandre Augusto da Cruz Feliciano – Promotor de Justiça/SP
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo nº 06-12, que tramitou no Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
- 37) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000799/2014-48
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar a análise dos contratos 74/2010, 89/2010, 40/2011 e 41/2011, referentes às obras e reformas realizadas no Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 22.7).
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

- 38) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001610/2014-34 (Apenso: Processos n.º 0.00.000.001398/2010-81 e n.º 0.00.000.001432/2011-07) (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Luís André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18.899B
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente revisão de processo disciplinar, para determinar a deflagração do procedimento de instauração de ação civil para a cassação de aposentadoria do membro do Ministério Público do Pará, pelo Procurador-Geral de Justiça daquele Estado.
Relator Originário: Cons. Walter de Agra Júnior
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 39) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000217/2015-12 (Embargos de Declaração)
Embargante: Walmir de Oliveira Lima Teixeira
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná
- 40) Proposição n.º 0.00.000.000541/2015-22
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Assunto: Proposta de Resolução que altera os artigos 10 e 11 da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 41) Inspeção n.º 0.00.000.000901/2015-96
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 42) Inspeção n.º 0.00.000.000201/2016-82
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção Extraordinária realizada na Promotoria de Justiça da Comarca de Cajamar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 43) Inspeção n.º 0.00.000.000237/2016-66
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada nas 1ª e 2ª Procuradorias de Justiça Militar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

44) Inspeção n.º 0.00.000.000241/2016-24

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

2) Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

3) Proposição nº 1.00126/2015-31

Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 26/04/2016

- 4) Pedido de Providências nº 1.00066/2015-84
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Sustação. Alteração. Lei Orgânica. Resolução. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Competência Exclusiva. Procurador-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2016-17
Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Revogação. POR-PGJ nº 244/2016. Designação do requerente. Exercício Cumulativo. 3ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Petrolina. Ilegalidades. Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 6) Nota Técnica nº 1.00174/2016-47
Proponente: Antônio Pereira Duarte
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Discute o alcance do Projeto de Lei 3.722/2012 que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo. Analisa possíveis reflexos sobre a tutela da segurança pública.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 10/05/2016

- 7) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00354/2015-39
Requerente: Aristides Silva Pinheiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Processo 012/2014.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Piauí
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

- 9) Proposição nº 1.00333/2015-96
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

- 11) Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56
Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Roraima
- 13) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00307/2015-77 (Apensos: Processos n.ºs 1.00329/2015-73; 1.00330/2015-25; 1.00004/2016-90; 1.00005/2016-43)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Município de Três Rios. Denúncia do Juízo da Vara Federal. Processos sem movimentação por parte de membro do Parquet. Inércia. Desídia. Arquivamentos pela prescrição da pena em abstrato ou pela ausência de interesse de agir.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro

Incluído na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00025/2016-32
Requerente: Willian Guedes Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Determinação. Remoção do Requerente para a Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Suspensão da escolha relativa à Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Desconstituição de ato do Diretor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (10/05/2016)

- 15) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00350/2015-14
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Decisão exarada na Reclamação Disciplinar nº 1.00.000.000.00087/2014-29.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Mato Grosso do Sul
- 16) Proposição nº 1.00384/2015-72
Proponente: Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das políticas públicas ambientais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

- 17) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00031/2016-62
Requerente: Associação do Direito e Cidadania de Araguari – ADICA
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Omissão. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Apuração. Denúncia de Irregularidades. Gestão Municipal na área da saúde. Município de Araguari/MG.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Minas Gerais
- 18) Proposição nº 1.00036/2016-30
Proponente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Alteração da Resolução CNMP nº 94 que disciplina o "Prêmio CNMP". Inclusão de nova categoria.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 19) Pedido de Providências nº 1.00092/2016-93
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogados: Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Rafael Borges – OAB/RJ n.º 141.435; Nilo Batista – OAB/RJ n.º 187-B; Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; André Nascimento – OAB/RJ n.º 99.026; Maria Luiza Gorga – OAB/SP n.º 328.981
Requerido: Procuradoria da República no Distrito Federal
Objeto: PIC nº 1.16.000.000991/2015-08. 1º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República do Distrito Federal. Negativa de acesso ao feito e de deferimento de cópias. Irregularidade em redistribuição posterior ao 5º Ofício do mesmo Núcleo. Disponibilização da íntegra dos autos ao conhecimento de revista de circulação nacional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 20) Proposição nº 1.00119/2016-48
Proponente: Walter de Agra Júnior
Objeto: Proposta de resolução que disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00140/2016-99
Requerente: Fernando Antonio Alves da Cunha Junior
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido administrativo SIMP nº 003.0.122486/2015 referente à suspensão do pagamento de auxílio alimentação durante período de licença saúde. Falta de cronograma de pagamento. Decisão exarada no PCA 0.00.000.001746/2013-63.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

Processos desta Sessão (31/05/2016)

- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2015-27 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Carlos Paes
Embargados: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Declaração. Ilegalidade. Imoralidade. Pagamento de verbas. Fundo de Reserva do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ajuizar Ações.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
- 23) Procedimento Avocado nº 1.00203/2015-17
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2013 (n.º MP 20431/2013), em trâmite no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, avocado nos autos do Processo CNMP nº 0.00.000.000456/2015-64.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Maranhão
- 25) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00305/2015-60
Requerente: Francisco de Jesus Lima
Advogado: Analina de Jesus Lima – OAB/PI n.º 5.601
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2012, que tramitou no Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Piauí
- 26) Pedido de Providências nº 1.00344/2015-94
Requerente: Suzane Maria Carvalho do Prado
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Designação para participação em audiências fora da Vara de origem.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97
Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará
- 28) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00407/2015-02
Requerente: Luciano Almeida Maracajá
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogados: José Edísio Simões Souto – OAB/PB n.º 5.405; Eduardo Henrique Farias da Costa – OAB/PB n.º 12.190; Felipe de Brito Lira Souto – OAB/PB n.º 13.339; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto – OAB/PB n.º 14.916
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo nº 001.2014.005402 – CGMP/PB, originário da Corregedoria Geral do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraíba
- 29) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00444/2015-20
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Providências. Cumprimento do acórdão proferido nos autos do Processo nº 0.00.000.000007/2014-35. Renovação das requisições realizadas pelo Secretário-Geral do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67 (Apenso: Processo nº 1.00086/2016-63)
Requerente: Raulino Maracaja Coutinho Filho
Advogado: Adair Borges Coutinho Neto – OAB/PB n.º 12.441
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ilegalidade. Portaria nº 829/2015. Ameaça do desfazimento da unidade familiar. Lotação provisória do requerente na Procuradoria do Trabalho no Município de Campina Grande/PB. Procuradoria Geral do Trabalho.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 31) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00008/2016-04 (Recurso Interno)
Recorrente: Atalício Novaes
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Inércia. Andamento. Reclamação. Apuração de suposto caso de violência física e psicológica sofrida por criança em escola do Município de Santos. Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo

- 32) Pedido de Providências nº 1.00072/2016-02 (Recurso Interno)
Recorrentes: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP;
Francisco Antonio Távora Colares
Objeto: Revisão do disposto no art. 5º, da Resolução CNMP n.º 58/2010.
Estabelecimento da isonomia de valores pagos a título de diárias aos Membros
e Servidores do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Ceará
- 33) Consulta nº 1.00103/2016-71
Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto
Objeto: Consulta. Ministério Público da União. Contratação indireta de suporte
presencial ou remoto a usuários. Central de Atendimento. Atendimento de
serviços de menor complexidade.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00112/2016-62
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. PAD nº 46905/2014.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo
- 35) Anteprojeto de Lei nº 1.00114/2016-70
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Anteprojeto de Lei. Estrutura organizacional. Quadro de pessoal. Requisição de
membros e servidores. Alteração de nomenclatura dos cargos efetivos.
Flexibilização da estrutura organizacional. Possibilidade de transformação ou
alteração, sem aumento de despesa, de cargos em comissão e funções de
confiança por ato do Presidente. Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Antonio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00167/2016-63
Requerente: Thaise Nascimento Silva Lima
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Suspensão. Assunção de servidor na
vaga da Promotoria Regional de Feira de Santana. Oferta de vaga em Edital de
Remoção. Critério de antiguidade.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Bahia

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amapá
- 38) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00190/2016-11
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2014-MP/CGMP, que tramitou no Ministério Público do Estado do Pará. RD nº 0.00.000.000864/2015-16.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00198/2016-50
Requerente: Eder Cristiano Viana
Advogados: Ana Carolina de Camargo Clève – OAB/PR n.º 61917; Marina Michel de Macedo Martynychen – OAB/PR n.º 36786
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Desconstituição de decisões. Conselho Superior do Estado de Santa Catarina. Indeferimento de remoção por merecimento para a Comarca de Gaspar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Santa Catarina
- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2016-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Interessado: Ns Engenharia e Construções Ltda.
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho/9ª Região. Item 27.2.5 do Relatório Conclusivo de Inspeção. Procedimento nº 0.00.000.001238/2014-66. Dispensa de licitação. Compras realizadas com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93. Apuração de responsabilidade.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraná

- 41) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00234/2016-02
Requerente: Fernanda Alitta Moreira da Costa
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Julgamento de processos administrativos disciplinares. Descumprimento de decisão do CNMP proferida no PCA n.º 1.00073/2016.58. Desrespeito ao prazo de antecedência mínima de cinco dias para intimação pessoal do membro do Parquet.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 43) Pedido de Providências nº 1.00248/2016-63
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogados: Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; Hugo Leonardo Duque Bacelar – OAB/DF n.º 17.062
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Força-tarefa Lava Jato. Divulgação de entrevista com membro do Parquet. Manifestação pública indevida. Alegação de antecipação de juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas. Constrangimento causado por comentários que implicam tratamento discriminatório ao requerente deste procedimento e seus familiares.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraná

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público